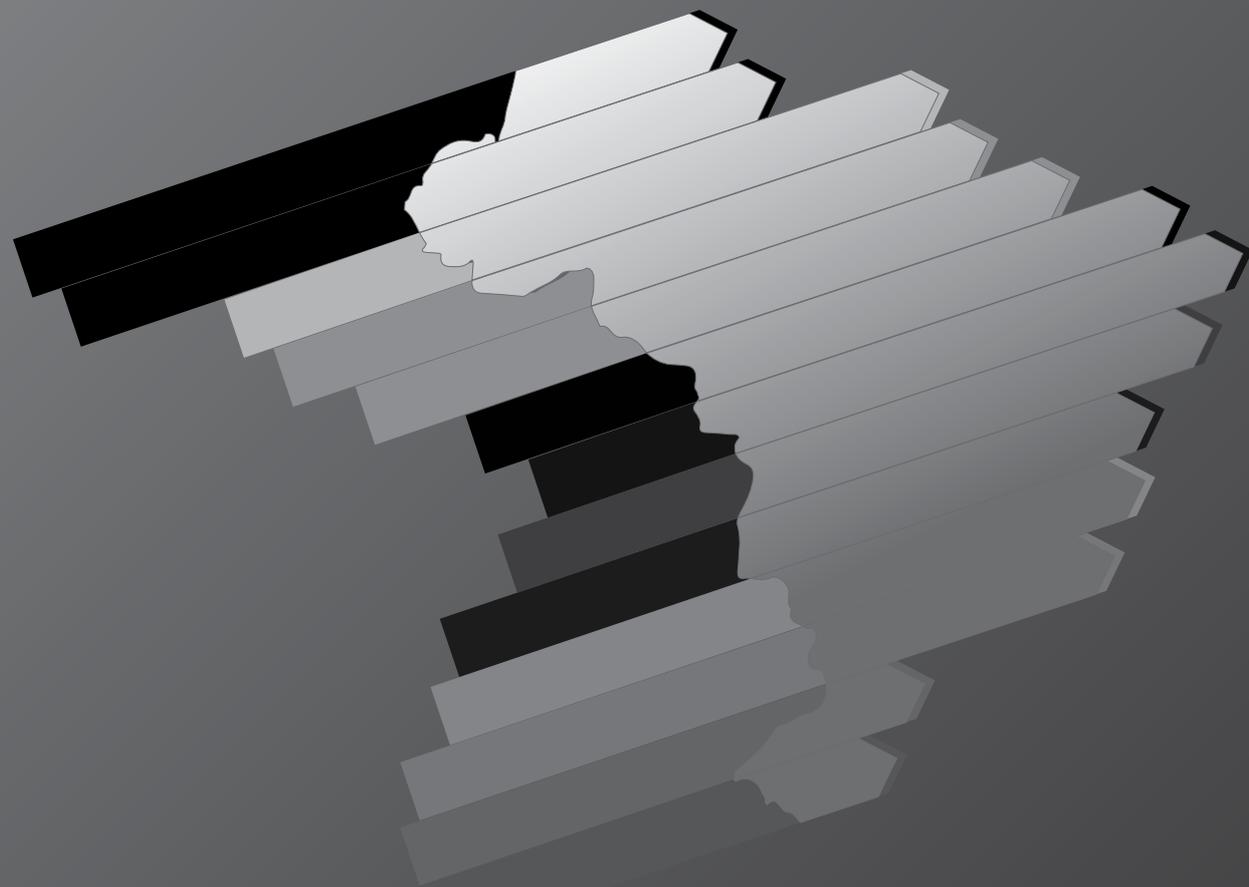




PLATAFORMA DA CUT ELEIÇÕES 2018

DEMOCRACIA,
DIREITOS
E SOBERANIA

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



PLATAFORMA DA CUT ELEIÇÕES 2018

DEMOCRACIA,
DIREITOS
E SOBERANIA

CUT [®] BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT

GESTÃO 2015/2019

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Ariovaldo de Camargo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo

Rosana Sousa Fernandes

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-Adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretária-Adjunta de Cultura

Annyeli Damião Nascimento

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Edjane Rodrigues

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais

Janeslei Albuquerque

Secretária da Mulher Trabalhadora

Juneia Martins Batista

Secretário de Organização e Política Sindical

Ari Aloraldo do Nascimento

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical

Eduardo Guterra

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Relações de Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Madalena Margarida da Silva

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Maria de Fátima Veloso Cunha

Diretoras e Diretores Executivos

Ângela Maria de Melo

Cláudio da Silva Gomes

Elisângela dos Santos Araújo

Francisca Trajano dos Santos

Ismael José Cesar

José de Ribamar Barroso

Juliana Salles de Carvalho

Julio Turra Filho

Juvândia Moreira Leite

Mara Feltes

Marcelo Fiorio

Maria Izabel Noronha (Bebel)

Milton dos Santos Rezende

Rogério Pantoja

Virginia Berriel

Vitor Carvalho

Conselho Fiscal - Efetivo

Adriana Maria Antunes

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Francisco Chagas (Chicão)

Jose Mandu Amorim

Conselho Fiscal - Suplentes

Amanda Corcino

Juseleno Anacleto

Nelson Morelli

Raimunda Audinete de Araújo



INTRODUÇÃO

A Central Única dos Trabalhadores - CUT, nesses tempos de destruição cotidiana da democracia, da soberania e dos direitos da classe trabalhadora, apresenta novamente ao País sua Plataforma para as Eleições 2018, construída sob a ótica dos trabalhadores e das trabalhadoras e em favor do povo brasileiro.

Durante 13 anos, governos democráticos e populares enfrentaram a agenda neoliberal e caminharam em direção a um novo modelo de desenvolvimento com inclusão social, valorização do trabalho, inserção soberana do país no cenário internacional e aumento dos espaços de participação e diálogo com a sociedade. Nesse período, protagonizamos em nossa prática de luta e, por meio das nossas sucessivas plataformas, o exercício democrático e autônomo de pressão pela consolidação de conquistas e mudanças reclamadas historicamente pela classe trabalhadora.

Desde 2016, vivemos as consequências de um golpe parlamentar, jurídico, midiático e empresarial! E vimos avançar, não sem nossa resistência, uma agenda de ataques ao povo brasileiro. Os direitos dos trabalhadores e da trabalhadora foram feridos de morte com a terceirização irrestrita e a reforma trabalhista. O investimento em políticas sociais foi congelado constitucionalmente por até 20 anos, causando a restrição crescente na oferta e no acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social ou a simples destruição, por inanição, de políticas públicas fundamentais, como a de habitação ou a de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária.

Este cenário é uma afronta tão grande aos interesses do país que não pode se sustentar diante do juízo popular, pois, ao contrário do que prometeram os golpistas, a estagnação econômica, destruição da indústria nacional, desemprego em massa e piora geral nas condições de vida são as marcas do governo Temer.

Contraopondo-se aos setores que defendem a agenda neoliberal, cujo objetivo é aprofundar o golpe, a CUT apresenta sua Plataforma com propostas a serem discutidas com candidatos ao governo federal, aos governos estaduais e ao parlamento.



ELEIÇÕES LIVRES E DEMOCRÁTICAS COM LIBERDADE PARA LULA

A plataforma da CUT exige, em primeiro lugar, o restabelecimento da ordem democrática no Brasil! E isso só será possível se forem garantidas eleições livres e verdadeiramente democráticas.

Lula é a expressão viva de um projeto nacional da classe trabalhadora e da maioria do povo brasileiro, favorito em todas as pesquisas de opinião. Prender Lula e tentar tirá-lo da disputa é mais uma forma de os agentes do golpe driblarem a vontade popular, em busca de uma falsa legitimação ao seu projeto de atraso e entrega do país ao capital internacional.

Afirmamos, portanto, que só teremos eleições verdadeiramente democráticas se a soberania popular, na escolha de quem e qual projeto irá dirigir os destinos do país nos próximos anos, for garantida. Isto só será possível se as injustiças contra Lula, por meio de sua imediata libertação e da homologação da sua candidatura presidencial pelo poder judiciário, forem superadas.

REVOGAR AS MEDIDAS DO GOLPE, RETOMAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS E O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

Uma das prioridades da Plataforma da CUT é a revogação de todas as medidas do governo ilegítimo de Michel Temer que atacaram os direitos da classe trabalhadora, a liberdade democrática, a soberania nacional e as bases do desenvolvimento com igualdade social.

Para a CUT, o trabalho tem um papel central no desenvolvimento nacional e na garantia do direito de viver com qualidade e dignidade. Construir esse modelo de desenvolvimento sustentável exige profundas alterações no modo de produzir, rompendo com o modelo caracteristicamente predatório e de interesse das corporações e das elites econômicas mundiais.

As políticas públicas devem assegurar um novo patamar de garantias sociais em benefício da grande maioria oprimida de nosso povo e, reorientar o país para alcançar elevadas taxas de crescimento com sustentabilidade ambiental, redução da pobreza, desigualdade de renda, das disparidades regionais, com uma educação pública e de qualidade e, o fortalecimento do sistema de proteção social.

O engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo se materializa hoje na luta por instituições democráticas baseadas na soberania popular; pela superação das desigualdades sociais, na luta feminista e no combate ao racismo e todas as formas de discriminação em favor de uma sociedade capaz de corrigir injustiças históricas, incluir e respeitar toda a sua diversidade.

Convictos de que o processo eleitoral 2018 será, mais uma vez, polarizado em torno de dois projetos antagônicos, independentemente do número de candidaturas que se apresentem no primeiro turno, reafirmamos nossa defesa do legado dos governos democráticos e populares.

São grandes desafios a enfrentar: defender a democracia; a soberania; a cidadania; os direitos humanos; os direitos da classe trabalhadora; a igualdade e a liberdade para todos e todas; especialmente para Lula, a maior liderança popular do país.

Por isso, indicamos propostas, sob a ótica da classe trabalhadora, assentadas no tripé DEMOCRACIA, DIREITOS E SOBERANIA, para um novo ciclo de mudanças e desenvolvimento.

1. DEFENDER A DEMOCRACIA, A CIDADANIA E OS DIREITOS HUMANOS

A reposição, garantia e ampliação de direitos só será possível mediante um ambiente de respeito à ordem democrática, que vem sendo sistematicamente violada desde 2016. Atacar a liberdade democrática, buscando impedir a resistência e a expressão da soberania popular nas urnas, é um dos meios que os golpistas vêm utilizando para impor sua agenda contra os direitos e a cidadania. Neste sentido, cresceram assustadoramente a criminalização de organizações sindicais e populares e a perseguição, a violência e os assassinatos de defensores dos direitos humanos; indígenas e quilombolas; lideranças políticas e sociais da cidade e do campo, sendo as execuções da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes os casos mais emblemáticos e de maior repercussão.

Exigimos a verdadeira promoção da justiça e dos direitos humanos e a proteção daqueles que lutam por sua efetivação. Defendemos um Estado forte, comprometido com seu povo e seu território, capaz de enfrentar os interesses privados das grandes corporações que atuam para silenciar aqueles que denunciam seus crimes e impunidade.

Neste sentido, defendemos:

- Eleições livres e democráticas: Lula livre! Lula inocente! Lula candidato!
- Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.
- Reforma política que proíba o financiamento empresarial e institua o financiamento público eleitoral; garanta o voto proporcional em listas partidárias, com alternância de gênero, fidelidade partidária e programática; preveja a tramitação diferenciada de projetos de lei de iniciativa popular; institucionalize o caráter deliberativo de Conferências Nacionais, Conselhos de Políticas Públicas e outras formas de participação social na elaboração, gestão e controle das políticas públicas; fortaleça e amplie a utilização de instrumentos como o plebiscito e referendo para consulta à população.
- Reforma do Judiciário que combata o privilégio e o corporativismo em nome da justiça transparente, socialmente referenciada e que cultive o respeito às conquistas políticas e sociais dos brasileiros(as) inscritas na Constituição Federal.
- Memória, verdade, justiça e reparação: punição aos envolvidos nas violações aos direitos humanos durante a ditadura militar, justiça e reparação às vítimas.
- Políticas de defesa e promoção dos direitos humanos; proteção aos seus defensores e defensoras.
- Controle civil, de fato, sobre as Forças Armadas, contra a intromissão militar na política.

2. VALORIZAR O TRABALHO COM A GARANTIA DE EMPREGO: TRABALHO E RENDA DE QUALIDADE

O golpe em curso no país tem como elementos centrais a destruição dos direitos trabalhistas, a redução dos custos sociais e ataques às organizações sindicais. A aprovação da pior legislação trabalhista que se tem notícia manteve alto o desemprego - ao contrário do que se havia anunciado - e fez crescer o emprego precário via maior terceirização, contrato de trabalho temporário, contrato de trabalho intermitente, entre outras formas.

Essas mudanças, em meio à grave crise que o país enfrenta, desenham um cenário de expectativas negativas para os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Em março de 2018, a taxa de desemprego chegou a 13,1% (13,7 milhões de brasileiros desempregados). O número de trabalhadores(as) com Carteira de Trabalho assinada, por sua vez, caiu 1,5% e as formas precárias de contratação do trabalho, sem registro em carteira e sem direitos, aumentaram +3,5%, assim como o número de trabalhadores/as por conta própria (+2,5%).

A superação desse quadro exige a adoção de uma política econômica e social oposta à colocada em prática pelo governo atual, que é defendida por algumas das candidaturas presidenciais, e a adoção imediata de medidas que permitam a recomposição do emprego protegido pela legislação e pela contratação coletiva realizada pelos sindicatos.

Medidas que se traduzem nas seguintes propostas:

- Revogar a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) para assegurar que os direitos sejam garantidos, não sejam rebaixados por nenhum acordo ou convenção coletiva e que esses direitos sejam protegidos pelo estatuto da ultratividade.
- Revogar a Lei 13.429/2017 que permite que a terceirização ocorra de forma indiscriminada, inclusive em atividades fim das empresas, promovendo em seu lugar uma regulação que, além de restringir sua utilização, garanta a responsabilidade solidária por parte das contratantes; a isonomia de direitos e a representação sindical por categoria preponderante.
- Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento, na perspectiva do pleno emprego.
- Garantir a manutenção da Política de Valorização do Salário Mínimo, criada pela CUT e implementada pelos governos do ex-presidente Lula e Dilma Rousseff.
- Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, com limitação de horas extras e eliminação ou restrição do banco de horas.
- Ampliar direitos da classe trabalhadora por meio da aprovação e aplicação das Convenções da OIT.

- Estabelecer severas políticas para a erradicação do trabalho escravo e infantil, com dotação de verbas suficientes e condições de pleno funcionamento da fiscalização.
- Eliminar as práticas antissindicais e promover um processo amplo de negociação que permita a construção de um Sistema de Relações de Trabalho Democrático, com plena garantia do direito de organização no local de trabalho; da liberdade e autonomia sindicais.
- Ampliar as políticas de proteção social à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho.
- Alterar a Lei de Migração, reconhecendo aos migrantes e suas famílias os mesmos direitos trabalhistas e sociais com acesso ao emprego, à moradia, à saúde e à educação.
- Assegurar a efetivação dos princípios e direitos previstos na Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados (PNATRE) construindo e implementando políticas públicas de combate à informalidade; acesso à previdência; de proteção aos trabalhadores e às trabalhadoras e da promoção do trabalho decente; saúde e segurança do trabalho, assim como o exercício dos direitos sindicais e de organização no local de trabalho.
- Implementar políticas de geração, acesso e permanência de empregos e progressão de carreira para mulheres, jovens, negros, LGBT.
- Estabelecer políticas e medidas que garantam a implantação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPTER), ampliando e integrando as políticas de qualificação profissional, de intermediação da mão de obra e de seguro-desemprego.
- Criar programas para inclusão no mercado de trabalho por meio de aprendizagem prática, capacitação profissional, escolarização e orientação para reinserção ao trabalho, valorizando as diversidades regionais, destacando o acesso e a reinserção no mercado de trabalho de mulheres acima dos 40 anos de idade, negros, índios, pessoas com deficiência, homossexuais e ex-detentos.
- Garantir o cumprimento da lei de cotas para trabalhadores e trabalhadoras com deficiência.

3. RESGATAR, FORTALECER E DEMOCRATIZAR O ESTADO E OS SERVIÇOS PÚBLICOS COM EQUILÍBRIO FISCAL E JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

O governo ilegítimo de Temer e os apoiadores do golpe congelaram o orçamento público por 20 anos, reduzindo a capacidade do Estado de promover políticas públicas. O Plano de Privatizações de Temer tem como objetivo a venda de empresas estatais em áreas estratégicas para o país, como o petróleo, as terras e a mineração, estabelecendo uma ameaça jamais vista à soberania nacional. Também tem como objetivo a entrega de serviços públicos para o setor privado, como a saúde, a energia e o saneamento.

Essas medidas foram tomadas com o argumento de que o “Estado brasileiro está quebrado e sem capacidade para garantir os serviços públicos e investimentos”. No entanto, 49,7% do orçamento da União em 2018 foram destinados ao pagamento de juros, encargos e rolagem da dívida pública, favorecendo agentes do sistema financeiro em detrimento dos serviços públicos prestados à população.

Além disso, o Brasil tem uma das estruturas tributárias mais injustas do mundo, pois cerca de dois terços dessa carga se concentram nos tributos sobre o consumo, enquanto apenas um terço recai sobre renda e patrimônio - é um sistema que cobra mais impostos dos mais pobres.

Para reverter este quadro, propomos:

- Revogar a Emenda Constitucional 95 que congela os gastos públicos, inclusive os investimentos por 20 anos e impede que o Estado garanta serviços públicos de qualidade para toda a população brasileira.
- Recuperar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e da justiça social, implementando políticas monetária e fiscal compatíveis com metas sociais de crescimento econômico, valorização do trabalho e distribuição de renda.
- Revogar a Lei Kandir e criar instrumentos que assegurem o equilíbrio fiscal, garantindo a alocação dos recursos orientada para a promoção do bem-estar da população e do desenvolvimento econômico, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados como meio de distribuição de renda.
- Elaborar, com participação popular, uma política progressiva de desmercantilização dos serviços públicos essenciais para a população.
- Revogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM).
- Realizar uma Reforma Tributária que se pautar pela capacidade contributiva de cada brasileiro, que garanta a progressividade, além de reduzir a carga tributária sobre o consumo, especialmente

de itens da cesta básica, ampliando os tributos sobre renda, patrimônio e produtos de luxo e definindo medidas que evitem a sonegação.

- Atualizar a tabela de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), com ampliação das faixas de isenção e criação de novas alíquotas.
- Ampliar a arrecadação pública por meio da cobrança e regulamentação dos seguintes dispositivos: instituir a tributação de juros sobre capital próprio, sobre lucros e dividendos e sobre remessa de lucros ao exterior; regulamentar a tributação sobre grandes fortunas; aumentar as alíquotas e a progressividade do Imposto Territorial Rural (ITR) e do imposto sobre herança; e reforçar medidas contra sonegação.
- Desenvolver instrumentos de planejamento e gestão que garantam a intersectorialidade, qualidade, transparência e controle social nos serviços públicos.
- Manter empresas estatais fundamentais ao desenvolvimento econômico e à prestação de serviços de qualidade à população. Reverter todas as privatizações de empresas públicas executadas no governo Temer.
- Fortalecer o papel do Estado na defesa do meio ambiente, combatendo a grilagem e a venda de terras a estrangeiros, e a desnacionalização de imensas extensões de território controladas pelas transnacionais.

4. SISTEMA FINANCEIRO COMO INSTRUMENTO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, COM CONTROLE DA ESPECULAÇÃO FINANCEIRA E DO RENTISMO

Os serviços bancários, especialmente o crédito, são instrumentos importantes para promover o desenvolvimento, desde que sua regulação atente para sua função primordial de promover o investimento produtivo, dinamizar a economia assegurando a universalização dos serviços prestados, com linhas de crédito acessíveis aos diversos perfis da população brasileira e medidas que controlem fluxos de capital e mercado financeiro.

Nesse sentido, é fundamental o fortalecimento dos bancos públicos e dos bancos de desenvolvimento nacional e regional, além de participação social na definição da regulação do sistema financeiro, visando coibir a especulação e o rentismo. É preciso tornar o sistema financeiro nacional indutor do desenvolvimento nacional, voltado ao investimento produtivo, ao contrário do padrão atualmente existente no País.

Neste sentido, propomos:

- Regular o Artigo 192 da Constituição Federal, com democratização e controle social do Sistema Financeiro Nacional, adequando o papel dos bancos e dos fundos de pensão ao desenvolvimento sustentável, com oferta responsável de produtos financeiros e universalização dos serviços bancários a toda sociedade, revogando a figura do correspondente bancário.
- Implementar medidas para o controle da especulação financeira e do rentismo por meio da redução dos juros reais no país, da redução dos juros para pessoas físicas e jurídicas e da instituição de medidas de controle do Estado sobre os fluxos de capitais com taxa específica sobre as operações internacionais.
- Reduzir os spreads cobrados pelos bancos no Brasil.
- Promover a gestão das finanças locais através de bancos comunitários locais, cooperativas de crédito, que garantam que os recursos circulem no município e na região.



5. INDÚSTRIA E INFRAESTRUTURA PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO

A indústria brasileira passa por um processo de forte deterioração e os investimentos em infraestrutura estão estagnados devido ao congelamento do orçamento público e a concepção de Estado mínimo.

É fundamental a retomada da Política Industrial e das demais políticas que garantam o crescimento da indústria, setor fundamental para o desenvolvimento de um país. Os investimentos públicos em infraestrutura logística, energética e social também são elementos centrais para garantir o desenvolvimento econômico, porque alavancam os setores produtivos e promovem a construção de equipamentos necessários para elevação da qualidade de vida da população.

Paralelamente, é necessário reverter os processos de privatização de serviços essenciais como água, esgoto transporte público, educação e saúde, que têm resultado em aumento de tarifas, descumprimento das metas estabelecidas, falta de transparência na gestão, ausência de controle social, perda de soberania social, altos lucros privados e serviços deteriorados.

Propostas:

Políticas de promoção do desenvolvimento industrial

- Desenvolver política macroeconômica, alinhada ao projeto de desenvolvimento via industrialização.
- Promover política externa que leve à inserção soberana do Brasil no novo paradigma industrial e tecnológico, com uma política de comércio exterior que se oriente pelo comércio justo e pela utilização soberana dos recursos naturais, com uma pauta exportadora mais diversificada e com produtos de maior valor agregado.
- Assegurar, no plano internacional, um processo de transição em direção a novos paradigmas tecnológicos que reconheça a centralidade do trabalho e valorize os trabalhadores e as trabalhadoras, bem como adotar medida para mitigar a assimetria na apropriação dos países do conhecimento, tecnologia e processos produtivos decorrentes das mudanças em curso na indústria.

Política de desenvolvimento industrial com inovação e adensamento do setor produtivo

- Conceber política industrial a partir das questões horizontais, como ampliação da demanda interna, participação das empresas nacionais nas cadeias globais de valores e, políticas para promoção da atualização do parque industrial, independentemente do tamanho; que seja construída sob a ótica do trabalho decente, articulando governo com universidades e centros de pesquisa; que tenha como objetivo principal a elevação do valor agregado da produção nacional, buscando proporcionar aumento da participação privada no volume de investimentos em P&D; e que tenha

como meta a reversão do déficit comercial na indústria, incluindo incentivo às exportações de maior valor agregado e, promoção de uma indústria presente em todo território nacional.

- Organizar uma “Mesa Nacional da Indústria”, tripartite e paritária, com o objetivo principal de promover debates, estudos e construir diretrizes de política industrial de forma consensuada, visando discutir os grandes temas do setor, tanto no presente quanto no futuro.
- Criar Conselhos de Competitividade Setoriais de caráter consultivo e composição tripartite (governo, empresários e trabalhadores) que assegurem contrapartidas de emprego, investimento e inovação, que busquem atenuar as desigualdades regionais e que elaborem medidas alinhadas a diretrizes de desenvolvimento, inovação e readensamento da indústria nacional.
- Promover setores estratégicos para avançar não só no readensamento industrial dentro do novo paradigma tecnológico, mas também sobre os gargalos econômicos e sociais. Elaborar plano de inserção no novo paradigma industrial que incentive os segmentos “portadores do futuro”, assim como o de bens de capital.
- Estabelecer contrapartidas socioambientais, de emprego, metas de inovação e nacionalização da produção e redução de impacto ambiental para o acesso a benefícios fiscais e de financiamento produtivo.

Política industrial e tecnológica alinhada com a preservação do meio ambiente e com a exploração sustentável dos recursos naturais

- Promover processos produtivos e produtos ambientalmente sustentáveis; estimular a indústria de recicláveis, de logística e manufatura reversa, além de garantir o tratamento adequado aos resíduos sólidos.
- Investir em setores econômicos sustentáveis e de baixo carbono com geração de emprego decente e com diálogo social, por meio de consultas aos setores diretamente afetados.
- Regular a exploração e extração mineral e vegetal com proteção da biodiversidade, pensando no longo prazo, na transformação desses recursos naturais em nosso território, procurando evitar a exportação de commodities para produzir e exportar bens finais, garantindo uma tributação adequada dessa exploração para promoção dos territórios.
- Impulsionar a elaboração, e posterior implementação, de marco regulatório da mineração construído de forma participativa e democrática que responsabilize as empresas quanto aos impactos ambientais, direitos dos(as) trabalhadores(as) e das comunidades.
- Investir em pesquisa e políticas públicas para mitigar os impactos sociais e de emprego dos(as) trabalhadores(as) diretamente ligados a setores que mais contaminam o meio ambiente, assegurando que esta estratégia seja desenvolvida com participação das entidades sindicais.
- Assegurar incentivos fiscais para as empresas que investirem em transição para tecnologias mais limpas, associadas a políticas de realocação profissional ou preservação dos empregos.
- Garantir a transição justa nas políticas implementadas para o enfrentamento das mudanças climáticas, para trabalhadores(as) ligados a setores que serão transformados assim como para comunidades diretamente impactadas no processo.

Investir em infraestrutura, eliminar gargalos e promover o bem-estar da sociedade

- Investir em infraestrutura social, como saneamento, acesso à água potável, energia elétrica, equipamentos sociais de saúde, educação, esporte cultura e lazer, habitação e mobilidade, que promovam o desenvolvimento nacional, alavanquem a indústria nacional e elevem a qualidade de vida da população brasileira.
- Investir em infraestrutura logística para ampliação e melhoria dos modais de transporte de carga, da comunicação, ampliando o acesso à Internet em regiões remotas, garantindo a segurança na comunicação de dados e a melhoria da interconectividade da rede brasileira, além de elevação da produtividade.
- Consolidar política energética democrática que garanta a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social, com matriz que garanta a sustentabilidade de produção e o uso de energias renováveis.
- Defender o controle e o planejamento estatal na gestão da cadeia produtiva petroquímica por meio da liderança da Petrobrás, e da produção de energia por meio da Eletrobrás, no contexto do projeto de desenvolvimento.
- Garantir o controle 100% estatal da Petrobras e Eletrobras, empresas nacionais estratégicas para o desenvolvimento nacional. Criar novo modelo de partilha (marco regulatório) que englobe o desenvolvimento de conteúdo local, fundos sociais e recursos para políticas públicas na saúde e educação.
- Assegurar incentivos fiscais para as empresas que investirem em transição para tecnologias mais limpas, associadas a políticas de realocação profissional ou preservação dos empregos.
- Iniciar num processo de reestatização e remunicipalização dos serviços de água, transporte, energia, saneamento, educação e saúde, que já ocorre em vários países.



6. IMPLEMENTAR A REFORMA AGRÁRIA E FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

O modelo de desenvolvimento rural em curso no Brasil é excludente, concentrador de terra e renda, e promove o agronegócio em detrimento da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa que mais produzem alimentos e empregos no campo. Esse modelo intensifica e estimula os conflitos agrários, contribui para a expropriação e expulsão dos(as) agricultores(as) familiares e trabalhadores(as) do campo. E, ainda, leva à desterritorialização das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, dos povos das florestas e das águas, rompendo vínculos e destruindo identidades culturais, os laços de pertencimento e seu modo de produção e de reprodução social. Além disso, provoca o aumento da inserção de homens, mulheres e crianças no trabalho em condições precárias e degradantes, o trabalho escravo, além de estimular o êxodo rural, principalmente da juventude.

O governo golpista de Michel Temer desmontou políticas públicas implementadas na última década que promoviam a melhoria das condições de vida e de trabalho no campo e foram conquistadas após décadas de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais que, historicamente, defendem a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e políticas públicas para o campo na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Somando-se ao retrocesso econômico e social provocado por estas medidas, constatamos o aumento devastador da violência no campo. Entre 2016 e 2018, de acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra, o registro de mortos em decorrência dos conflitos de terra cresceu 16,4% em relação ao ano anterior, passando de 61 em 2016 para 71 em 2017. Foi o maior aumento de crimes políticos no campo, desde 2003.

Diante deste quadro, torna-se imperioso fortalecer a agricultura familiar como forma de garantir um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o campo, com a produção de alimentos saudáveis, orgânicos e agroecológicos, imprescindíveis à segurança e soberania alimentar e nutricional dos brasileiros.

Para isso é preciso:

Democratizar o acesso à terra, via Reforma Agrária, com fomento e investimentos públicos

- Garantir a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar como elementos estruturadores de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário e de soberania alimentar do Brasil, que assegure a sustentabilidade de projetos de assentamento por meio do crédito, assistência técnica, apoio à produção e comercialização e à infraestrutura social.

- Desapropriar e destinar para a Reforma Agrária os latifúndios, assim como propriedades que não cumprem a função socioambiental da terra e aquelas em que for verificada a existência de trabalhadores(as) submetidos a trabalho análogo ao escravo.
- Criar programas de segurança pública no campo visando coibir e reduzir a violência.
- Garantir a proteção dos direitos humanos das pessoas que lutam pela democratização do acesso à terra e contra a criminalização dos movimentos sociais.
- Estabelecer limite máximo para o tamanho da propriedade da terra, atualizar os índices de produtividade e combater a venda de terras para estrangeiros.
- Revogar as portarias 5, 6 e 7/2013 do MDA/INCRA e a Medida Provisória (MP) 2183/2001, que impedem que áreas ocupadas por trabalhadores(as) sejam desapropriadas.
- Rever a Lei de titulação das terras da Reforma Agrária, especialmente a lei 13.465/2017 e o decreto 9.311/2018.

Potencializar a agricultura familiar e camponesa, considerando o desenvolvimento sustentável e solidário, as políticas regionais e o meio ambiente

- Reconhecer e reafirmar a pluralidade da agricultura familiar e a relevância política, social e cultural de sua diversidade para políticas voltadas para sua sustentabilidade econômica e para a permanência dessa população no campo.
- Garantir a efetivação da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.
- Desenvolver políticas de incentivo à produção e ampliar os recursos orçamentários de políticas estruturantes para a Agricultura Familiar e Camponesa tais como crédito, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, garantia de preços agrícolas, seguro agrícola, armazenagem, agroindústria e apoio à comercialização.
- Assegurar a ampliação e fortalecimento das políticas públicas de caráter regional, a exemplo das políticas em defesa da Amazônia, do Cerrado e de convivência com o Semiárido.
- Impedir o controle do uso da água pelas grandes corporações, assim como a venda de reservas para empresas privadas, especialmente estrangeiras.
- Estabelecer política de redução do uso de agrotóxicos na produção agropecuária brasileira, em especial pelas grandes corporações, para preservar a vida humana e o meio ambiente de seus efeitos nocivos.
- Garantir a consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente visando proteger, preservar e garantir o uso racional dos recursos naturais, promovendo mudanças necessárias na atual legislação e observando diretrizes gerais que assegurem tratamento justo, equilibrado e diferenciado à agricultura familiar, permitindo sua adaptação aos impactos das mudanças climáticas.
- Estimular, apoiar e valorizar as iniciativas de associativismo, cooperativismo e economia solidária, empreendendo ações para a conquista de um marco legal para o cooperativismo.
- Estabelecer políticas de recuperação e desenvolvimento das estruturas de agroindústria familiares/cooperativada, com ferramentas de planejamento, organização da produção e comercialização.

7. SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - INCLUSIVA, DISTRIBUTIVA E SOLIDÁRIA

A Seguridade Social foi uma das principais conquistas da Constituição Federal de 1988 e compreende um conjunto de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social para todos os brasileiros, do campo e da cidade, promovendo a diminuição das desigualdades sociais. Na Constituição também foram definidas as fontes de financiamento desses programas. No entanto, há uma disputa para que esses recursos sejam destinados a outros propósitos que não o caráter protetivo e redistributivo da Seguridade Social.

A população brasileira já demonstrou que não irá aceitar a destruição desses direitos, ao derrotar a proposta de reforma da Previdência de Temer.

Propostas:

- Consolidar o Sistema de Seguridade Social brasileiro, inclusivo e estável, segundo os preceitos Constitucionais de 1988, assegurando a concretização dos seus princípios e fontes estáveis de financiamento.
- Garantir que nenhum recurso da Seguridade Social seja objeto de isenção fiscal, tributária ou de realocamento para outros fins.
- Garantir o Sistema Único de Saúde (SUS) 100% público, universal e de qualidade, que valorize os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, com o fim das Organizações Sociais no SUS.
- Implementar políticas públicas articuladas entre os setores da saúde e educação que favoreçam formação, provimento, fixação e interiorização de equipes multiprofissionais para o SUS, em todas as regiões do país, incluindo o Programa Mais Médicos.
- Garantir o acesso da população a serviço médico especializado e multiprofissional em cada regional de saúde integrada com Atenção Básica, de modo a superar as demandas por consultas, exames e cirurgias reprimidas no SUS.
- Implementar e efetivar a Política Nacional de Vigilância em Saúde no SUS como política transversal, intersetorial, intrasetorial, de inteligência e suporte para as redes de Atenção à Saúde, por meio da vigilância e análise da situação de saúde da população; vigilância ambiental em saúde; vigilância da saúde do trabalhador(a) e vigilância sanitária;
- Implementar as ações de saúde em consonância com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e Águas (PNSIPCFA).
- Implementar o Programa Nacional de Saneamento Básico Rural sob a coordenação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) Ministério da Saúde, universalizando o acesso das famílias e comunidades rurais às ações e serviços de saneamento básico.

- Implementar e efetivar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com controle social.
- Implementar uma política pública de planejamento reprodutivo com acesso aos métodos contraceptivos que melhor correspondam às necessidades e perfis das usuárias com participação e responsabilização dos parceiros homens - garantindo o planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro.
- Garantir o parto humanizado nas redes públicas e privadas de saúde, garantindo equipamentos adequados e formação das equipes de atendimento.
- Regulamentar a atividade das doulas e promover o acesso dessa profissional às gestantes, de modo a garantir o apoio físico, informacional e emocional às mulheres durante a gestação, o trabalho de parto, no parto e pós-parto.
- Fortalecer, garantir e ampliar as ações voltadas à saúde do(a) trabalhador(a), com foco na redução dos índices de morbimortalidade (relação entre o número de casos de enfermidade ou de morte e o número de habitantes) por meio de: inspeções periódicas, ações interdisciplinares de educação e prevenção de acidentes e doenças do trabalho, incentivos à pesquisa.
- Fortalecer a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com ênfase nas ações de prevenção, promoção e proteção da saúde nos ambientes de trabalho.
- Fortalecer a Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra em todos os níveis de atenção à saúde, de modo a promover a saúde e reduzir os agravos decorrentes das condições de vulnerabilidades e maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas.
- Incluir e fortalecer os temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos(as) trabalhadores(as) da saúde no exercício do controle social na saúde e implementar processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde.
- Fortalecer a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de modo a garantir atenção à saúde de forma respeitosa, sem preconceito e sem discriminação dentro dos princípios da humanização por meio da promoção, proteção, atenção e cuidado à saúde.
- Assegurar a permanência do modelo atual de aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
- Elaborar uma política diferenciada de acesso a benefícios previdenciários para os trabalhadores rurais assalariados e assalariadas que considere a sazonalidade do trabalho no campo.

8. FORTALECER A EDUCAÇÃO E A CULTURA

Uma política de Estado que garanta aos trabalhadores e trabalhadoras escolarização pública, universal, laica, inclusiva, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade, desde a primeira infância até a pós-graduação, é condição para a construção de uma realidade mais digna para a classe trabalhadora.

A Educação pública deve estar a serviço da emancipação humana, devendo ser compreendida como investimento fundamental e obrigação do Estado.

A grande distância entre essa centralidade da educação como política pública e a realidade existente nas salas de aula das escolas públicas brasileiras expõe a necessidade de termos profissionais da educação valorizados, com formação contínua, com salários adequados e com expectativas de crescimento em suas carreiras.

Propostas:

- Valorizar a educação como direito inalienável de todos e todas, em todos os níveis, garantindo as condições necessárias para a efetiva implantação do Plano Nacional de Educação 2011/2020 e do Sistema Nacional Articulado de Educação.
- Ampliar o acesso, a permanência e a ascensão escolar em todos os níveis e modalidades de ensino: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio regular; ensino médio técnico profissionalizante; ensino tecnológico e ensino superior; além da modalidade de educação de jovens e adultos.
- Implantar planos de carreira para o conjunto dos profissionais de educação das redes pública e privada que promovam a valorização profissional e estimulem a formação continuada, superando as recentes propostas de “flexibilização” dos critérios de seleção na área, bem como os agudos retrocessos que hoje acontecem, em especial no setor privado.
- Regulamentar o ensino privado, sob as mesmas exigências legais aplicadas à escola pública.
- Revogar a “Reforma do Ensino Médio” em curso, que dificulta o acesso e a permanência dos estudantes, torna tecnicista o ensino público, desvaloriza os(as) professores(as) e acentua o avanço privatista sobre a educação básica, além de atentar contra a soberania nacional ao submeter questões estratégicas, como formação docente e currículos, à ingerência do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).
- Construir uma “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC), baseada em um processo verdadeiramente democrático e participativo, em contraposição a BNCC proposta pelo atual governo, que exclui temas sociais sensíveis e engessa o currículo.
- Incluir no currículo escolar diretrizes para uma educação cidadã, pautada pela igualdade, solidariedade e respeito aos direitos humanos, promovendo uma educação não sexista, não

homofóbica e não racista e, que garanta conhecimento sobre os direitos fundamentais e sociais previstos pela Constituição Federal.

- Repor o ideal e a prática de uma educação libertadora, que forme cidadãos com liberdade de pensamento e escolha, em oposição às tentativas atuais de penalizar os educadores e as educadoras que proponham o debate crítico nas salas de aula, por meio das chamadas “leis da mordaza”.
- Valorizar os saberes do local onde os estudantes estão inseridos.
- Implementar diretrizes curriculares que incluam Sociologia e Filosofia.
- Implementar as Leis 10.639/03, sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, e 11.645/08, sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- Reduzir a jornada de trabalho visando o direito à educação e à cultura para todos e todas que já estão inseridos no mercado de trabalho.
- Garantir a alimentação escolar gratuita e de qualidade na educação básica, promovendo a alimentação saudável e o desenvolvimento da agricultura familiar e das práticas agroecológicas de produção, livres de agrotóxicos e transgênicos.
- Retomar o processo vigoroso de expansão e ampliação do acesso à educação profissional, tecnológica e superior por meio da ampliação de vagas, infraestrutura física e contratação de profissionais e também pela criação de novas universidades, institutos federais e novos campus como forma de garantir o direito à educação, ampliar a qualificação profissional, a produção de ciência e tecnologia e o desenvolvimento regional e nacional.
- Garantir a educação inclusiva para pessoas com deficiência em toda a rede de ensino.
- Assegurar a implementação de políticas de elevação da escolaridade formal no meio rural.
- Retomar a construção do Sistema Nacional de Cultura e a execução do Plano Nacional de Cultura, com participação social, orçamento adequado, estímulo às diferentes linguagens artísticas, descentralização dos investimentos por meio do fortalecimento do pacto federativo, dos editais culturais e da revisão das legislações de incentivo fiscal à produção cultural.

9. GARANTIR O DIREITO À CIDADANIA

A maioria da população brasileira vive nas cidades, que devem promover a reprodução da vida em sociedade, não a reprodução do capital e do fluxo de mercadorias. As cidades devem ser economicamente sustentáveis, fisicamente organizadas, socialmente justas e institucionalmente democráticas e participativas.

A situação dos centros urbanos no país agravou-se com o golpe. Nas cidades, é cada vez mais visível o aumento da população em situação de rua e do trabalho infantil no comércio informal. O corte de gastos nos municípios tem gerado problemas variados, da gestão de resíduos sólidos ao transporte público.

Para reverter este quadro é preciso:

- Combater a concentração de propriedades urbanas com medidas fiscais progressivas e limitação legal da especulação imobiliária.
- Garantir os equipamentos de acesso à saúde, à educação, ao esporte e ao lazer, bem como a proteção das áreas verdes em todas as regiões das cidades.
- Garantir a efetividade do Plano Nacional de Saneamento (PLANSAN), garantido o acesso à água limpa e de qualidade, bem como o saneamento básico por meio de serviços, submetidos ao controle público e estatal, que proporcionem trabalho digno aos seus trabalhadores(as) e prezem pela modicidade das tarifas.
- Desenvolver políticas que dotem as cidades de condições adequadas para mobilidade e acessibilidade de toda a população, em particular às pessoas com deficiência.
- Combater o déficit habitacional com a ampliação e aperfeiçoamento de programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, pela destinação de prédios e áreas públicas em desuso e pelo apoio a ações emergenciais, como o aluguel social e outras formas de garantir moradia digna para todos(as).
- Retomar os projetos destinados às famílias com faixas de rendimento mais baixos e a eliminação da habitação em áreas de risco ambiental, bem como as desapropriações, para fins de moradia, dos imóveis urbanos que não cumprem sua função social para fins de moradia.
- Ampliar os investimentos, aprimorar a gestão, melhorar a qualidade e reduzir as tarifas do transporte público coletivo, instituindo o sistema de bilhete único, priorizando a construção e a ampliação das malhas ferroviária e metroviária, das ciclovias e dos corredores de ônibus.
- Fortalecer os mecanismos de democracia direta e participativa na gestão da cidade, como os conselhos municipais e o orçamento participativo.

- Ampliar a frota de ônibus menos poluentes (etanol, elétricos, biocombustíveis), visando a eliminação daqueles movidos a diesel.
- Implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Aprovar o PL 2163/2003, que proíbe a dupla função dos motoristas e exige a presença de um segundo trabalhador(a) nos ônibus urbanos e suburbanos.
- Intensificar a fiscalização e garantir mais segurança no transporte público coletivo municipal, intermunicipal e rodoviário.
- Impedir a privatização da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da gestão portuária.
- Investir nos portos públicos, nas áreas de infraestrutura de transportes e dragagem, bem como criar um modelo de tarifa portuária que contribua com investimentos econômicos e sociais.

10. GARANTIR SEGURANÇA PÚBLICA

A violência é um dos principais problemas do país. Como se não bastasse a ação do crime organizado, os segmentos socialmente discriminados da população convivem com a violência policial e a parcialidade do Sistema de Justiça.

Tem se demonstrado desastrosa a tentativa golpista de enfrentar a criminalidade e promover a paz com o recurso às Forças Armadas mediante intervenções militares e as operações de Garantia da Lei e da Ordem. Paralelamente, o corte de gastos tem sucateado a força pública, ao passo que a corrupção nas corporações policiais e judiciais seguem fortalecendo o crime. Ao mesmo tempo, cresce de forma preocupante o número de assassinatos no país, atingindo principalmente mulheres, jovens negros e membros do segmento LGBT.

Para reverter este quadro, propomos:

- Efetuar revisão da atual política de segurança pública, com a subordinação das ações das polícias à rígida defesa dos direitos humanos e à liberdade de manifestação dos movimentos populares.
- Priorizar a integração das ações de segurança com as políticas públicas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer numa relação virtuosa da política de segurança com a população, em particular das periferias dos centros urbanos.
- Fortalecer e ampliar o Programa de Proteção de Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos.
- Desmilitarizar as Polícias Militares Estaduais e unificá-las com a polícia judiciária.
- Reformular o Sistema Nacional Penitenciário, com a incorporação de todas as prisões e casas de detenção a um modelo único de gestão, e criar uma política de desencarceramento da população, especialmente das mulheres e da população negra.
- Garantir e efetivar o princípio constitucional da presunção de inocência, superando o uso indiscriminado das prisões provisórias, bem como a execução penal provisória antes de condenação com trânsito em julgado, a exemplo do que ocorre com o ex-presidente Lula.
- Aprimorar e intensificar o combate à corrupção nas polícias, no sistema penitenciário e no Poder Judiciário.
- Elaborar uma política de drogas, considerando-a uma questão de saúde pública e assistência social.
- Criar, onde não houver, e fortalecer, onde existir, a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência.
- Construir a Casa da Mulher Brasileira onde não houver e colocar em funcionamento onde já foi inaugurada, de forma coordenada com a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência

e em diálogo com o movimento feminista e de mulheres, para atender as mulheres do campo e da cidade.

- Melhorar o atendimento primário prestado às mulheres que sofreram violência, no campo e na cidade, promovendo a qualificação dos(as) profissionais e ampliando os horários de atendimento para os períodos noturnos e finais de semana.
- Criar mecanismos no âmbito da Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência para prevenir o feminicídio, assim como equipar os serviços públicos e garantir a punição dos criminosos, conforme Lei do Feminicídio (13.104/15).
- Criar mecanismos que contribuam para a “mudança de olhar” do profissional sobre o crime, suas circunstâncias, as vítimas e aos responsáveis pelas mortes, adotando a “perspectiva de gênero” como forma de aprimorar as respostas institucionais para as mortes violentas de mulheres.
- Reverter o genocídio da população negra com a geração de uma política de segurança que elimine o racismo institucional, cuja polícia não seja treinada para enxergar a população negra como suspeita e o inimigo a ser combatido.
- Aprovar o PL 239/2016 que suprime os “Autos de Resistência”.

11. IGUALDADE PARA MULHERES, JOVENS E NEGROS/AS

É preciso reestabelecer o princípio constitucional da igualdade de oportunidades e de tratamento, independentemente de cor, raça, sexo, idade e credo religioso no acesso à Justiça, à terra e aos serviços públicos de qualidade, garantindo o compartilhamento de direitos e deveres entre homens, mulheres e Estado.

É preciso reconhecer o racismo institucional e como ele opera para gerar políticas de reparação integral para a população negra.

O desemprego no Brasil tem cor, gênero e raça. Dos 12,2 milhões de desempregados no último trimestre de 2017, 64% eram negros, sendo 50,6% mulheres. A combinação da desigualdade de classe se combina com a desigualdade racial, etária e de gênero em favor do lucro capitalista. Em 2017, o emprego precário cresceu mais do que o formal, com registro em carteira, sendo as mulheres negras as mais impactadas nesse processo de desconstrução de direitos, retrato do grande retrocesso econômico e social. Ao final de 2017, eram 26 milhões de pessoas subutilizadas e as mulheres negras representavam 36% desse total.

É preciso superar as desigualdades que persistem na vida e no mundo do trabalho entre homens e mulheres. A garantia da igualdade no acesso e na permanência somada às políticas sociais de inclusão são determinantes para a diminuição da pobreza das famílias, em especial aquelas chefiadas por mulheres, que hoje já são mais de 40%.

Para tal, é necessário:

- Garantir que os serviços de saúde e educação sejam 100% públicos, gratuitos, universais e de qualidade.
- Ampliar a oferta dos serviços públicos de cuidados já existentes e criar novos serviços, que considerem as mudanças demográficas e as necessidades e especificidades de cada grupo populacional, como crianças e suas diferentes faixas etárias, idosos e pessoas com deficiência.
- Construir legislação que estabeleça cotas para trabalhadores(as) negros(as) nos concursos públicos da administração direta e indireta, das estatais e também na contratação das empresas que têm aporte de recursos de bancos públicos de fomentos.
- Construir legislação que institua cotas para contratação de negros e negras nas empresas privadas, como forma de corrigir as distorções e a discriminação no mercado de trabalho.
- Parar o genocídio da juventude negra com o fim dos autos de resistência e com políticas de segurança pública que superem a agenda da guerra às drogas, que só produz morte juvenil, lucro para indústria de segurança e estimula a organização do crime.

- Desenvolver políticas públicas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer que apoiem a inclusão social da juventude, sua sobrevivência e garantia de seus direitos humanos e sociais, com atenção especial à juventude negra.
- Garantir a igualdade de direitos da juventude no mercado de trabalho, com políticas e ações que impeçam a precarização do trabalho juvenil, reduzam a taxa de rotatividade e permitam compatibilizar estudo e trabalho.
- Implementar a campanha da ONU “Vidas Negras Importam”, dentro da Década Internacional Afrodescendente, com as ações de reparação em seus três pontos: Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento.
- Implementar o Estatuto da Igualdade Racial, garantindo desenho institucional adequado para o desenvolvimento de políticas públicas para superação da desigualdade racial, a exemplo da extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).
- Garantir a prevenção e atendimento a toda forma de violência contra as mulheres, estabelecendo, entre outras medidas, dotações orçamentárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) específicas para implementar as medidas da Lei 11.340/06.
- Revisar a Lei Complementar 150/2015, que regulamenta o Trabalho Doméstico, para ampliar os direitos das trabalhadoras.
- Promover medidas e políticas públicas que garantam o compartilhamento das responsabilidades e do cuidado entre mulheres, homens e Estado.
- Ampliar o número de creches integrais, tanto diurnas quanto noturnas, com horários de atendimento compatíveis com as jornadas de trabalho dos pais.
- Estabelecer a licença parental para todas(os) as(os) trabalhadoras(es), a ser dividida entre os progenitores ou adotantes, garantindo à mãe o período necessário para a amamentação da criança, conforme orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e estendendo esse direito às demais trabalhadoras e trabalhadores (rurais e domésticas).
- Realizar, através das instituições públicas, campanhas que incentivem o debate sobre a importância do compartilhamento do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres.
- Orientar os meios de comunicação, de propaganda e de audiovisual, sobre a importância de não reforçar o trabalho de reprodução social como de responsabilidade somente das mulheres, garantindo a representação do trabalho compartilhado entre homens e mulheres em suas produções.
- Ampliar, melhorar a coleta e dar visibilidade às estatísticas nacionais que tratam da reprodução social, promovendo o debate na sociedade sobre a necessidade de garantir o compartilhamento das responsabilidades domésticas e familiares.
- Promover políticas que garantam a aplicação das convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - trabalho igual, salário igual e não discriminação no trabalho com o objetivo de inibir a violência de gênero nos locais de trabalho.
- Desenvolver ações com os empregadores públicos e privados para que promovam campanhas de combate à violência organizacional.

- Elaborar legislação que iniba o assédio nos locais de trabalho e nos espaços públicos.
- Promover mecanismos de monitoramento das ações e políticas de combate ao assédio.
- Definir critérios para acesso às políticas de geração de emprego e renda que priorizem as mulheres, que são maioria entre as pessoas desempregadas.
- Construir legislação que garanta o afastamento das mulheres grávidas e lactantes de quaisquer atividades, operações e locais insalubres, assegurando a saúde materno-infantil no desenvolvimento de suas atividades laborais.
- Elaborar política de inserção profissional para as mulheres jovens, garantindo opções ocupacionais variadas e em todos os setores da atividade econômica e que não se limitem àquelas consideradas tipicamente femininas.
- Retomar e fortalecer os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; o Programa Nacional de Documentação de Trabalhadora Rural; e as ações que ampliem e garantam o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, contemplando também as mulheres indígenas e quilombolas.
- Retomar as linhas de financiamento para os programas de fortalecimento da agricultura familiar, ampliando as modalidades de financiamento não reembolsável para as assentadas da reforma agrária e às beneficiárias do Bolsa Família, sobretudo qualificando o quintal produtivo que possui significativa produção para o autoconsumo.
- Assegurar que as mulheres continuem tendo prioridade como beneficiárias potenciais da Reforma Agrária e assegurar seu acesso à titulação da terra.
- Apoiar a realização de estudos para identificar e quantificar o trabalho não remunerado das trabalhadoras rurais, bem como a contribuição econômica que estas desempenham na agricultura familiar, difundindo e debatendo seus resultados.
- Promover medidas legislativas que garantam a realização, pelas mulheres trabalhadoras, de exames preventivos de câncer de mama.
- Aprovar legislação que criminalize a homofobia e desenvolver ações que contribuam para a inclusão e garantia dos direitos da população LGBT, especialmente em relação ao mercado de trabalho.



12. GARANTIR A COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DO POVO

A comunicação é uma das áreas que mais cresceu em termos de peso relativo nas transformações da sociedade. Estamos cotidianamente cercados de mensagens. A indústria da comunicação, com sua fantástica concentração internacional e nacional - e a sua crescente interação entre os dois níveis - gerou uma máquina de fabricar estilos de vida, um consumismo obsessivo que reforça o elitismo, as desigualdades, o desperdício de recursos como símbolo de sucesso.

A comunicação é um direito humano, um bem público e, como tal, deve ser democratizado. Em muitos países há limites à propriedade privada dos meios de comunicação, ao oligopólio, à propriedade cruzada de diversos canais de mídia, como forma de estimular a pluralidade de opinião e combate à manipulação das informações. A Constituição brasileira assegura vários desses princípios que, na prática, estão sendo desrespeitados.

Propostas:

- Democratizar a comunicação, hoje monopolizada, e assegurar à sociedade o efetivo direito à informação e à interpretação plural dos fatos.
- Aprovar novo marco regulatório para o Sistema de Comunicação no Brasil, com ênfase no interesse público e na garantia de direitos humanos para acesso, produção e distribuição de conteúdo.
- Respeitar o dispositivo constitucional que determina a complementariedade entre o sistema público, privado e estatal de radiodifusão.
- Elaborar novo Plano Nacional de Outorgas (PNO) para canais da cidadania e radiodifusão comunitária, pautado pelos princípios da democracia, transparência e publicidade, que respeite os princípios constitucionais concernentes ao tema e dê preferências às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.
- Recuperar o caráter público da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), restituindo sua independência de gestão e editorial, nos termos do que preconizava a Lei 11.652/2007.
- Anistiar os radiodifusores comunitários.
- Desenvolver políticas de universalização da banda larga no Brasil, estabelecendo-o como serviço essencial, de interesse coletivo, que precisa ser objeto de regras como universalidade, continuidade e modicidade tarifária.
- Criar políticas públicas de fomento ao midialivrisimo e à mídia alternativa, com editais de incentivo.
- Criar uma política de descentralização das verbas publicitárias governamentais. Incluir nos critérios para a destinação destes recursos fatores como incentivo à diversidade e pluralidade, respeito aos direitos humanos.



13. GARANTIR SOBERANIA, PAZ E INTEGRAÇÃO

O Brasil tem de retomar o seu papel de líder no cenário internacional, priorizando as relações Sul-Sul, defendendo um mundo mais justo, com paz e sem exclusões. A política externa brasileira deve basear-se nos princípios da complementaridade e solidariedade ativa, principalmente entre as economias emergentes e em desenvolvimento, com respeito à soberania de cada nação, visando ampliar a agenda global e a democratização dos organismos multilaterais, econômicos e políticos.

Em 2005, na Cúpula das Américas, realizada em Mar Del Plata, os presidentes dos países do Continente, em sua grande maioria liderados pelo ex-presidente Lula, disseram não às propostas do governo estadunidense, de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que transformaria o continente num quintal norte-americano então sob o comando do presidente Bush. Uma decisão que refletia as políticas de um grupo de governos democráticos e de esquerda, desenvolvimentistas, e que respondia, há mais de cinco anos, às mobilizações dos movimentos sociais, sindical e estudantil realizados por todas as Américas.

Atualmente, vemos a ameaça do livre comércio voltar sob nova roupagem - com acordos bilaterais ou voltados a segmentos específicos da economia, particularmente os serviços.

Por isso, propomos:

- Garantir a soberania brasileira como um princípio que inclui a defesa das riquezas naturais e o controle dos recursos energéticos, como o pré-sal, e com a liderança das empresas nacionais e públicas.
- Retomar a política de cooperação com países da América Latina, Caribe e África - fortalecendo alianças Sul-Sul nos diversos níveis, dando vigor Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e dotando a mesma de participação social.
- Retomar os diálogos e os caminhos para a democratização da política externa, afim de que a mesma seja tratada como uma política pública, em que a participação social seja um elemento fundamental da agenda internacional brasileira.
- Fortalecer o processo de integração regional - consolidando o Mercosul, UNASUL, CELAC - priorizando uma agenda que tenha como objetivo central o desenvolvimento sustentável, com integração econômica, política, social e cultural.
- Retomar posições internacionalmente coerentes pela defesa dos Direitos Humanos, do fortalecimento da democracia e contra as injustiças sociais.
- Impulsionar a cidadania universal e o livre trânsito das pessoas independentemente da sua nacionalidade, não sendo limitado a mercadorias e bens de capital, atuando para a consolidação de uma política pública de migração e refúgio baseada no paradigma dos direitos humanos em oposição à doutrina de segurança nacional.

- Impulsionar um marco regulatório internacional para o controle das empresas transnacionais com obrigações vinculantes sobre as violações de direitos humanos e das comunidades.
- Manter a proibição de acordos de proteção de investimento e exigir que qualquer acordo de comércio exterior só tenha validade se aprovado pelo Congresso e precedido de um amplo processo de consulta pública, em especial as organizações de trabalhadores.
- Superar a dependência e a subordinação da economia global aos interesses dos Estados Unidos, do FMI e do Banco Mundial por meio do fortalecimento e criação de parcerias e iniciativas que confrontem este modelo, como exemplos do BRICS, IBAS e Banco do Sul.



Rua Caetano Pinto, 575

Brás • São Paulo-SP

CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200

Fax: (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

